

## PERCURSO NO PENSAMENTO E NA PRÁTICA DOS FEMINISMOS INTRODUÇÃO À ABORDAGEM DE GÊNERO

Maria de Fátima Guimarães<sup>1</sup>

### Resumo

Os conceitos, bem como as palavras que os denominam, são históricos, sendo criados e mudados ao longo do tempo. Por isso, situá-los temporalmente é um passo importante para compreendê-los. É com esse enfoque que buscamos, neste texto, “historicizar” a palavra e o conceito ‘gênero’.

**Palavras-chave:** gênero, mulheres, feminismo

Os conceitos, bem como as palavras que os denominam, são históricos, sendo criados e mudados ao longo do tempo. Por isso, situá-los temporalmente é um passo importante para compreendê-los. É com esse enfoque que buscamos, neste texto, “historicizar” a palavra e o conceito ‘gênero’.<sup>2</sup>

De acordo com o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa,<sup>3</sup> a palavra gênero encontra-se já no século XV, conforme Índice do Vocabulário de Português Medieval. Ainda segundo o mesmo dicionário, gênero é um “conceito geral que engloba todas as propriedades comuns que caracterizam um dado grupo ou classe de seres ou de objetos”. Entre todos os significados atribuídos ao termo gênero, não existe nesse dicionário nenhuma referência que expresse a maneira utilizada a partir de 1970 pelas feministas, que passaram a usá-lo como forma de entender e referir-se à organização social da relação entre os sexos. E como forma de resistência ao “determinismo biológico implícito no uso dos termos como sexo ou diferença sexual”. Portanto, passando a “ênfatar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no

---

<sup>1</sup> Professora Maria de Fátima Guimarães, Coordenadora do Grupo de Estudo Gênero & História do Departamento de História da UFPE e Doutora em História pela Universidade de DEUSTO, Espanha.

<sup>2</sup> Acreditamos que as palavras têm história e que, portanto, “nascem” através do uso, antes de seu ingresso oficial na Língua ser, devidamente, registrado nos dicionários autorizados. Por isso, optamos, neste texto - e na presente Revista - por utilizar alguns termos ainda não oficializados (como historicizar, por exemplo), entendendo que eles representam melhor a ideia, que nos propomos a passar, que os já oficiais. E evidenciamos tal situação, grafando o termo entre “aspas”.

<sup>3</sup> HOUAISS, Antonio e VILLAR, Mauro de Sales. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, Rio de Janeiro, Objetiva, 2001, p. 1441.

sexo”.<sup>4</sup> Como reclamam as feministas, o conceito gênero em seu uso mais recente, como instrumento de análise, ainda não tem espaços nos dicionários.

O conceito ‘gênero’, formulado na academia na década de 1970, é historicamente fruto do movimento feminista contemporâneo. Contudo suas raízes são bem mais profundas, o que nos mostra a necessidade de recuperar na história do feminismo o momento de sua incorporação e da utilização da palavra gênero, para melhor compreender seus desdobramentos teórico- metodológicos e políticos.

Ao longo da história mulheres e homens tiveram atitudes e comportamentos que denunciavam a desigualdade entre os sexos. Contudo essas ações não foram coletivamente estabelecidas, eram isoladas e, mesmo sendo consideradas feministas, não constituíram um movimento organizado. O movimento feminista, enquanto ação organizada de caráter coletivo, que tem como objetivo combater a particular situação de subordinação das mulheres, surge no meio das mudanças que marcaram a história da Europa ocidental a partir do século XVIII. Vincula-se ao desenvolvimento da democracia e a uma quantidade de fatos históricos da época da Ilustração, da Revolução Americana e da Revolução Francesa, tendo raízes anteriores a esse período.<sup>5</sup>

Depois, a partir do seu desenvolvimento, enquanto movimento organizado de mulheres, dispostas a combater sua particular situação de opressão, desenvolve-se também como teoria feminista. Tal teoria supõe uma revisão crítica das construções teóricas, então vigentes, sobre as mulheres, pondo manifesto que as tarefas destinadas historicamente às mulheres não têm sua origem na natureza e sim na sociedade.

Algumas estudiosas<sup>6</sup> citam a obra do filósofo Poulain de la Barre como um marco teórico inicial do feminismo. Nos anos de 1673, 1674 e 1675, são publicados vários textos de autoria de Poulain de la Barre, polemizando com os partidários da inferioridade das mulheres. A ideia desse autor é que a desigualdade entre homens e mulheres não é consequência da desigualdade natural baseada na biologia, mas, pelo

---

<sup>4</sup>SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para a análise histórica, SOS Corpo, Recife, 1996, p. 1.

<sup>5</sup> O uso dos verbos nos tempos passado/presente, neste texto - de fato, na presente Revista - foi escolha das respectivas autoras.

<sup>6</sup>SLEDZIEWSKI, Elisabeth G. Revolução Francesa. A viragem, em História das Mulheres. Volume 4, O século XIX, Fraisse, Geneviève e PERROT, Michelle (Dir.) Edições Afrontamento, Porto, 1991; MIGUEL, Ana de. Feminismo, em: AMORÓS, Celia (Coord.), 10 palabras clave sobre la mujer, Pamplona, 1995, pp.217-235.

contrário, é a desigualdade social e política que produz teorias, que postulam a inferioridade da natureza feminina.

Neste sentido, Enrique Gomáriz assinala que é a partir do conceito de Estado Moderno de Thomas Hobbes em seu *Leviatã* (1661), que se pensa a Revolução Liberal.<sup>7</sup> Os principais mentores dessa revolução (Locke, Hobbes, Rousseau, Montesquieu) tinham ideias diferentes sobre a posição das mulheres na sociedade: Hobbes e Locke reconheciam os direitos das mulheres somente quando rainhas ou pertencentes à alta nobreza, enquanto Rousseau e Montesquieu eram partidários de que a natureza humana, de uma forma ou de outra, determinava que as mulheres deviam ser subordinadas ao homem.

No século XVIII, cristaliza-se a ideia de que a desigualdade individual e coletiva não é um fato natural, e sim histórico. O discurso sobre a origem e o fundamento da desigualdade entre os homens, de Jean Jacques Rousseau, mostra que a desigualdade, longe de ser um fato natural, é uma produção social, política e econômica. Rousseau se torna um defensor radical da igualdade política e econômica entre os homens, e se torna também um teórico da "feminilidade", ao não estender às mulheres a igualdade, que com tanto afincado defendia para os homens. A elas atribuía uma tarefa natural de esposa e mãe, para corresponder às necessidades do esposo e formar "bons" cidadãos, e um espaço natural adequado às mulheres, o doméstico. Rousseau acreditava que, assim como a sociedade está dividida em dois sexos, deve estar dividida em dois espaços: o espaço público aos homens e o espaço privado e doméstico às mulheres.

A ideia de que o gênero é uma construção social consolida-se na Ilustração. A partir desse momento, há reivindicações feministas por igualdade política e jurídica para as mulheres. Nesse sentido, três outros textos vêm juntar-se aos de Poulain de la Barre e, mesmo com tons distintos, são considerados importantes para o feminismo: um de Condorcet, um de Olympe de Gouges e outro de Mary Wollstonecraft. Condorcet, em análise publicada em 1790 no *Journal de la Société*, coloca a questão da exclusão das mulheres do direito de cidadania, tratando-a como um exemplo representativo do problema mais geral, da desigualdade.<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup>GOMÁRIZ, Enrique. "Los estudios de género y sus fuentes epistemológicas: periodización y perspectivas", *ISIS Internacional*. Santiago, Ediciones de las Mujeres. N° 17, 1992, p. 88.

<sup>8</sup>SLEDZIEWSKI, Elisabeth G. *Revolução Francesa*. Op. cit., p. 50.

Olympe de Gouges, com a Declaração dos Direitos das Mulheres e das Cidadãs, redigido em 1791, faz uma denúncia da exclusão das mulheres inseridas no princípio do universalismo dos direitos. Esse texto é uma crítica ao conceito de igualdade contido na "Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão", proclamada na França em 26 de agosto de 1789. A Declaração de Olympe não tenta uma universalidade para os sexos e suas denúncias são no sentido de uma complementaridade que seja igualitária. Requer que a diferença sexual não justifique a exclusão das mulheres do poder e da cidadania política, que haja uma participação política de homens e mulheres e igual dignidade para os dois sexos, como se pode constatar em seus nos Artigos II e III:

“Artigo II – O objetivo de toda a associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis da mulher e do homem: esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e, sobretudo, a resistência à opressão”.

Artigo III – O princípio de toda a soberania reside essencialmente na nação, que é a união da mulher e do homem: nenhum organismo, nenhum indivíduo, pode exercer autoridade que não provenha expressamente deles”.<sup>9</sup>

Nesses artigos, percebe-se com clareza a conotação política que orientava a ação de Olympe, além do que, no “posfácio” da Declaração, ela clama as mulheres a se organizarem:

“Ó mulheres! Mulheres, quando deixareis de ser cega? Quais vantagens tirastes da Revolução? Um desprezo mais evidente, um desdém maior. Nos séculos de corrupção reinastes apenas sobre a fraqueza dos homens. Vosso império está destruído, que vos resta então?”<sup>10</sup>

.Essa convocação era a resposta às mudanças introduzidas pela Revolução Francesa que afetavam negativamente a vida das mulheres, às quais eram negados os direitos de cidadania. É importante observar a Declaração dos Direitos das Mulheres e das Cidadãs como um texto político. E mais ainda, observá-lo como um texto político referente a uma população excluída da vida pública que, além das reivindicações normais do corpo social geral, tinha as específicas de sua natureza socialmente produzida. O texto de Olympe tem uma conotação eminentemente política e se centra no compromisso militante e na luta contra a tirania dos homens.

Mary Wollstonecraft, escritora feminista inglesa, publica em 1792 Reivindicação dos Direitos da Mulher, o que nas palavras de Rosa Cobo é um texto básico, pelo qual o feminismo não se poderá desvincular da Ilustração, afirmação com a qual estamos

---

<sup>9</sup>GOUGES, Olympe de (1791). Declaração dos direitos da mulher e da cidadã, em: BONACCHI, Gabriela e GROPPi, Angela (Org.). **O dilema da cidadania**: direitos e deveres das mulheres, São Paulo, Unesp, 1995.

<sup>10</sup> Idem.

totalmente de acordo. Mary, nesse texto, defende a igualdade entre homens e mulheres, a luta radical contra os preconceitos, a exigência de uma educação igual para meninos e meninas, reclamando ainda a cidadania para as mulheres.<sup>11</sup> Denuncia o pensamento patriarcal de Rousseau, contrapondo-se às ideias dele sobre a natureza débil e inferior das mulheres e à associação das mulheres à natureza e dos homens à cultura.

As reivindicações das feministas do século XIX tinham a ver com a necessidade de inclusão das mulheres no mundo público. Elas se opuseram a ser excluídas de todas as atividades consideradas importantes para a sociedade. De acordo com Cristina Molina, essa situação de exclusão das mulheres relaciona-se com a quebra das promessas da modernidade. Ou seja, a promessa da modernidade de liberação da humanidade, celebrando o poder da razão com o triunfo da ciência natural, não se cumpre, pelo menos no que se refere às mulheres.

Assim, o pensamento liberal, depois da Revolução Francesa, trabalhou no sentido de redefinir o público e o privado, delimitando as esferas de atuação de mulheres e de homens, pois a distribuição e valorização de papéis entre os sexos eram desiguais e a mulher ficava no polo dominado. Nessa perspectiva, leva-se a cabo a sujeição das mulheres e, por consequência, consolida-se a divisão sexual do trabalho e a subordinação das mulheres ao domínio dos homens, através do uso do poder estatal: “Fuera de lo público no hay razón, ni ciudadanía, ni igualdad, ni legalidad, ni reconocimiento de los otros”.<sup>12</sup>

Mesmo sabendo que a divisão sexual do trabalho é anterior à Revolução Industrial, é na sociedade capitalista que esta divisão se reorganiza e se intensifica, tendo como principal razão a separação entre lugar de trabalho e lugar de residência, que passa a caracterizar as cidades. Com o desenvolvimento de novas tecnologias, como a máquina a vapor, implantou-se uma concentração industrial que favoreceu amplamente a divisão sexual do trabalho. Esta repartição entre lugar de morar e lugar de trabalhar reflete a divisão entre a produção social da sociedade e a reprodução dos seres humanos. O público, o espaço da produção, e o privado, o espaço da reprodução humana, passaram a ser também os espaços específicos de homens e de mulheres respectivamente.

---

<sup>11</sup>COBO, Rosa, “La construcción social de la mujer en Mary Wollstonecraft » em AMORÓS, Celia (Coord), *Historia de la teoría feminista*, Madrid, Instituto de Investigaciones Feministas de la Universidad Complutense de Madrid, 1994.

<sup>12</sup>MOLINA PETIT, Cristina. **Dialéctica feminista de la ilustración**, Madrid, Anthropos, 1994, p. 21.

Não podemos perder de vista que um dos fatores mais importantes, nascidos do sistema da Revolução Industrial, é o domínio do trabalho mercadoria, que se materializa na fábrica, ao contrário do trabalho utilidade, sem valor de troca, todavia indispensável à reprodução da força de trabalho, que se materializa na casa. Esta é a parte designada às mulheres na nova forma da antiga divisão sexual do trabalho. Nesta reorganização dos papéis sexuais, aos homens correspondeu o mundo público, no qual se desenvolviam as tarefas produtivas e remuneradas, a participação política e a criação científica e cultural. Ao mundo privado, o mundo das mulheres, correspondeu o doméstico, que era concebido como uma atividade secundária, pouco valorizada. As atividades mais valorizadas, com mais recursos, estavam no público, na esfera masculina.

Como já mencionamos, a Revolução Industrial e o Capitalismo reafirmam a desigualdade das relações entre os sexos. Ao mesmo tempo em que as mulheres das classes mais abastadas permaneceram no âmbito doméstico, representando também o status do homem (marido, pai), as oriundas das classes menos abastadas incorporaram-se massivamente ao trabalho industrial. Estas eram uma mão-de-obra mais barata e tinham uma postura mais submissa. Neste sentido, no que se refere à ação concreta em nível mundial, os primeiros grupos de mulheres, que se organizaram para lutar pela igualdade de direitos entre mulheres e homens, desenvolveram suas ações a partir da inspiração da Revolução Francesa, sob os ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade. As mulheres encontraram nestes ideais inspirações para suas lutas. É bom registrar ainda que o movimento de mulheres, tal qual outros movimentos por emancipação do século XIX, mesmo tendo, como foi dito acima, sua inspiração nas demandas igualitárias da Ilustração, surgiram também como respostas aos problemas gerados pela Revolução Industrial e o Capitalismo. A partir desses ideários, elas fizeram da luta pelo sufrágio feminino sua maior preocupação. Para elas, a conquista do voto feminino poderia resolver outras questões discutidas na época, tais como o direito à propriedade, a reforma do matrimônio e as liberdades sexuais.<sup>13</sup>

Tais lutas se intensificaram e obtiveram maior visibilidade no século XIX, na Europa, Estados Unidos e América Latina, levadas a cabo pelo que se denominou feminismo liberal: lutavam pelo sufrágio feminino e por uma maior presença das

mulheres na vida social e política. No Brasil, no século XIX, registra-se uma imprensa feminina, reivindicando educação, trabalho e direitos iguais entre os sexos. Dentro dos princípios liberais, as brasileiras, como as norte-americanas, europeias e de outros países de América Latina, apoiavam um maior desempenho do papel de mãe e de educadora dos futuros cidadãos como justificativa para seus direitos.

No século XIX, desde a medicina até a ciência social, a situação das mulheres não ficou fora do debate, mesmo que algumas correntes de pensamento, partindo de teses “culturalistas” ou naturalistas, fossem contrárias à igualdade de direitos das mulheres. Como exemplo, podemos mencionar teses evolucionistas que tinham um grande peso na teoria social da época e apontavam a inferioridade das mulheres, discutindo entre outros temas a dimensão do cérebro feminino. Ao mesmo tempo, antropólogos como Morgan e Bachofen, mostravam, a partir de suas investigações, que o papel das mulheres não tinha necessariamente que ser o mesmo em todas as sociedades, em diferentes épocas históricas.

O debate sobre a situação das mulheres passa a fazer parte do discurso científico, artístico, filosófico, religioso e político.<sup>14</sup> Nessa linha de pensamento, os socialistas, que tinham como centro de seus aportes, a situação econômica e social da classe trabalhadora, também abordaram - os utópicos - a situação das mulheres, repudiando sua condição de submissão. Assim, além dos saint-simonianos Fourier e Owen, destaca-se Flora Tristan, que deu uma grande contribuição na construção do movimento operário no século XIX. Ela, em 1843, redigiu *Union Ouvrière* dedicando um capítulo à situação da mulher, chamando atenção para as gravíssimas consequências da discriminação feminina na História da Humanidade: “Estou convencida de que todas as desgraças do mundo provêm desse esquecimento e desprezo que se notam até hoje em relação aos direitos das mulheres”.<sup>15</sup>

O socialismo marxista ou científico, como passou a ser conhecido, tendo em Marx e Engels suas principais expressões, trouxe novas perspectivas para a discussão sobre a opressão feminina. As mulheres desta corrente de pensamento se inspiravam nas ideias de Friedrich Engels que, em sua obra redigida em 1884, *A Origem da Família da*

---

<sup>13</sup>NYE, Andrea. **Teoria feminista e as filosofias do homem**, Rio de Janeiro, Record, Rosa dos Tempos, 1995.

<sup>14</sup>GOMÁRIZ, Enrique. “Los estudios de género y sus fuentes epistemológicas. Op. cit.

<sup>15</sup>KONDER, Leandro. **Flora Tristan: uma vida de mulher, uma paixão socialista**, RelumeDumará, Rio

Propriedade Privada e do Estado, identifica a origem da subordinação das mulheres com o surgimento das classes sociais, de modo que a supressão dessas classes extingiria a opressão. E sugere que a incorporação das mulheres na produção facilitaria as bases de sua libertação.

O movimento feminino socialista teve na Alemanha, através de Clara Zetkin, um grande impulso. Clara dirigiu a revista feminina *Die Gleichheit* (Igualdade) e organizou, em 1907, uma Conferência Internacional de Mulheres.

Mais adiante, o movimento recebeu o impulso de Alexandra Kollontai, com a obra, publicada em 1909, *As Bases Sociais da Questão Feminina*, inspirada em Engels e Auguste Bebel (*A Mulher e o Socialismo*). Nessa obra, colocou a importância da igualdade entre homens e mulheres, mostrando sua direta relação com a revolução socialista, ao mesmo tempo em que registrava suas preocupações com a consolidação, no mundo socialista, dessas reivindicações.<sup>16</sup>

Seguindo as linhas de pensamento do século XIX, não podemos deixar de registrar a posição dos anarquistas com relação à situação das mulheres, mesmo não tendo o seu movimento uma apreciação teórica, referente à defesa da igualdade entre os sexos. Cabe destacar, como o faz Ana de Miguel (1995), que uma das expressões desse movimento, Pierre J. Proudhon, manifestava na época posições antiigualitárias extremadas. Contudo, o anarquismo dessa época teve a participação de muitas mulheres que expressavam as idéias individualistas das quais eram oriundas. Estas idéias tinham como base a crença de que as mulheres se libertariam graças a sua própria força e seu esforço individual. Emma Goldman foi, no final do século XIX, uma das mulheres que expressavam tal pensamento.<sup>17</sup>

A discussão sobre a situação das mulheres adquire novas dimensões a partir da Revolução Russa de 1917. Segundo essa visão, não são as mudanças tópicas, defendidas pelas feministas liberais, no plano da legislação e dos costumes, que vão deixar a sociedade mais igualitária, mas é o fim do sistema de classes, inerente ao capitalismo burguês, o que vai permitir a plena e definitiva emancipação das mulheres.

---

de Janeiro, 1994.

<sup>16</sup>KOLLONTAI, Alexandra. **Marxismo e revolução sexual**, Tradução Ana Corbisier, Global editora, São Paulo, 1982.

<sup>17</sup>MIGUEL, Ana de. Feminismo, em: AMORÓS, Celia (Coord.), **10 palabras clave sobre la mujer**, Pamplona, EDV 1994, pp.217-235.

Essas novas visões sobre a emancipação das mulheres contradizem o discurso das sufragistas, fazendo com que, na década de 1920, o movimento feminista se divida em duas linhas de atuação: as feministas liberais e as feministas socialistas. Estas acreditavam que só uma revolução que mudasse radicalmente a sociedade tornaria possível a emancipação das mulheres.

Como resultado das lutas e reivindicações das sufragistas, a conquista do voto ocorre em alguns dos estados europeus, norte-americanos e latino-americanos, nas primeiras décadas do século XX. A França e a Itália foram os últimos a consegui-lo, em 1945 e 1946, respectivamente. No Brasil, as mulheres conquistaram o direito ao voto em 1932. As lutas pelo sufrágio haviam conquistado, mais que o voto, igualdades formais que tenderam à equiparação legal entre mulheres e homens, embora na prática não houvesse mudanças significativas. Isso gerou “um abandono gradual por parte do feminismo da igualdade que adotou uma mentalidade mais conservadora”.<sup>18</sup>

A modernidade tem sido uma produção dos homens para atender às suas necessidades, e as mulheres foram incluídas em seu processo, na medida em que a racionalidade abre espaço à vida e à transparência, e o mundo social ganha maior visibilidade, sendo impossível ocultar a existência de sujeitos essenciais à produção e reprodução da vida cotidiana. Esta transparência, unida à pressão de uma grande massa de mulheres organizadas nos mais diversos movimentos, levou-as ao cenário político. Foram lutas das quais participaram diversas correntes de pensamento político, desde liberais até radicais de esquerda, todas em busca da igualdade entre os sexos. O cenário próprio para tudo isto é a modernidade, enquanto espaço racional de construção dos sujeitos indispensáveis à transformação da sociedade.

É, pois, na modernidade que se consolida o processo de organização das mulheres, passando o feminismo a integrar a perspectiva de mudança, que envolveu a emancipação dos indivíduos das formas tradicionais da vida social. A recusa do esclarecimento em conferir à tradição um poder intelectual, moral e normativo das relações sociais une o feminismo com as promessas de reconstrução social, fazendo eco na modernidade. Neste último século, com a ampliação dos direitos civis das mulheres (eleitorais, trabalhistas) cumpre-se parte das promessas da modernidade.

---

<sup>18</sup>MIYARES, Alicia. Sufragismo, en AMORÓS, Celia (Coord), **Historia de la teoría feminista**, Madrid, Instituto de Investigaciones Feministas de la Universidad Complutense de Madrid, 1994, p. 85.

## Novo feminismo

No mundo ocidental, os anos de 1960 estão marcados pelos movimentos de questionamento dos grandes problemas contemporâneos. Neste sentido, a “Primavera de Praga” colocou a questão da liberdade no mundo do socialismo real. Os estudantes europeus fizeram o “maio” das revoltas para a transformação do ensino; o movimento hippie pregou a liberdade e o respeito à natureza. Ao mesmo tempo, novos questionamentos foram trazidos ao cenário da vida política e acadêmica: as classes sociais, as nações oprimidas, os preconceitos raciais, o mundo marginal tornaram-se objetos das preocupações políticas e das ciências humanas e sociais. Nos Estados Unidos, paralelamente à luta dos negros americanos contra a segregação racial e ao movimento político contra a guerra do Vietnã, ressurgiu o movimento feminista.

O feminismo contemporâneo, também chamado “novo feminismo”, tinha como principal inspiração as ideias expressas pela francesa Simone de Beauvoir em seu livro *O Segundo Sexo*, publicado em 1949. Nessa obra, a autora examina o desenvolvimento psicológico da mulher e os condicionamentos de sua socialização, que a tornam alienada e submissa ao homem.

As mulheres norte-americanas, francesas, suecas, inglesas, italianas organizaram-se e saíram às ruas tendo como palavras de ordem “o privado também é político”, “nosso corpo nos pertence”... Esta nova onda do feminismo tinha como base o fato de que “a mulher se descobre [...] e se quer como sujeito de sua vida, o que produz as mais diversas consequências políticas, econômicas e culturais. O feminismo advoga para as mulheres um espaço exclusivo de atuação política e de luta por interesses percebidos como específicos”.<sup>19</sup>

O “novo feminismo” surgido no Brasil nos anos 1970 caracterizou-se por algumas especificidades, que o diferenciava dos Estados Unidos e países da Europa na década de 1960. Mas as feministas brasileiras tinham os mesmos questionamentos que suas congêneres americanas e europeias, como explicita Soares:

“As feministas traduzem a rebeldia das mulheres na identificação de sua subordinação e exclusão do poder, e buscam construir uma proposta

---

<sup>19</sup> FRANCHETO, B. Antropologia e feminismo, em FRANCHETO, B. e outros, **Perspectiva antropológica da mulher**, Rio de Janeiro, Zahar, vol. 1, 1981, p.16.

ideológica que reverta esta marginalidade. Sua concreção se dá a partir da construção de uma prática social que negue aqueles mecanismos que impedem o desenvolvimento de uma consciência como ser autônomo que supere a exclusão. As feministas fazem do conhecimento e da eliminação das hierarquias sociais seu objetivo central”.<sup>20</sup>

O feminismo “brasileiro” se diferenciava na defesa de propostas que não eram específicas da condição feminina, sem assumir posição radical como as que mobilizavam as mulheres daquelas sociedades. Isto se explica fundamentalmente pelas condições políticas em que se encontrava o Brasil, sob uma forte ditadura militar, e marcado por profundas desigualdades sociais. Não havia espaço para um “movimento de liberação das mulheres centrado exclusivamente em questões específicas das mulheres”.<sup>21</sup>

Ainda que o “novo feminismo” seja herdeiro do movimento sufragista de fins do século XIX e começos do século XX, as mulheres perceberam que, ao conquistarem algumas de suas reivindicações, punham manifestas outras desigualdades mais profundas e a complexidade do processo de subordinação da mulher. É a partir destas inquietações que o movimento ressurgiu com maior força. Primeiro nos Estados Unidos, e depois se estendendo rapidamente por países da Europa e América Latina. Nesse momento, o feminismo se diversificou em várias correntes de pensamento e de ações práticas como por exemplo: liberalismo, radicalismo, socialismo, entre outras.

### **Os diversos feminismos**

O feminismo liberal, herdeiro direto da luta sufragista, emerge nos Estados Unidos na década de 1960. Tinha como preocupação fundamental impulsionar políticas e medidas, a partir das instituições estatais e privadas, em favor da igualdade de direitos entre mulheres e homens. O feminismo liberal contava com organizações criadas na luta pelo sufrágio e com a Organização Feminista N.O.W. (National Organization of Women. Organização Nacional de Mulheres), co-fundada por Betty Friedan em 1966. Da corrente do feminismo liberal, destacamos Betty Friedan que publica em 1963, *The Feminine Mystique*, em que analisa a situação de submissão da mulher estadunidense do pós-guerra, centrada no cuidado da família e em seu próprio corpo-objeto, sem nenhum

---

<sup>20</sup>SOARES, Vera. “Movimento Feminista paradigmas e desafios. Em Revista de Estudos Feministas”, A. 2, Número Especial, CIEC/ECO/URFJ, Rio de Janeiro, 1994, p.15.

<sup>21</sup>Ibidem.

projeto pessoal. Estes problemas, com a repressão e a insatisfação individual, passam a ser nomeados por Friedan “como problemas que não tem nome” (sic). Eles afetavam um grande número de mulheres, especialmente donas-de-casa da classe média, que começavam a tomar consciência da situação em que viviam.

O feminismo radical surgiu dos movimentos contestatórios norte-americanos dos anos 1960. Esta corrente faz uma crítica radical da cultura patriarcal e se define como anticapitalista, antirracista e em luta contra a supremacia masculina. No âmbito do feminismo radical, houve uma grande proliferação de grupos com distintas posições práticas e teóricas. As principais teóricas das correntes radicais combinam sua formação com o materialismo histórico, do qual procediam, e com a obra de Simone de Beauvoir.

Kate Millett, uma das expressões teóricas do feminismo radical, publica em 1970 *Sexual Politics*, partindo do fato de que o sexo é uma categoria social impregnada de política, sendo elemento básico do patriarcado, e mediante o qual o homem estabelece poder, perpetuando-se de maneira onipresente, no tempo e no espaço, graças à imbricação de práticas de socialização, construções ideológicas e meios institucionais sexistas.<sup>22</sup>

Sulamith Firestone foi a teórica que mais caracterizou o feminismo radical e gerou mais polêmica. Em sua obra *The Dialectic of Sex* (1971), ela teoriza, partindo da convicção de que toda a opressão social se assenta sobre a desigualdade sexual, que por sua vez deriva da experiência dolorosa da maternidade e gera o sistema de classes e o racismo. Firestone formula o feminismo como um projeto radical que deveria ir à raiz da opressão.

O feminismo socialista centra sua discussão na origem da opressão/exploração das mulheres. É herdeiro do feminismo socialista da década de 1920, porém, nesta nova conjuntura, assume características diferentes: segue a tradição marxista, mas reconhece que as categorias econômicas do marxismo não são suficientes para entender e explicar a opressão da mulher. A essa, soma-se outra questão: é necessário revelar o caráter das relações entre mulheres e homens, mas a análise feminista radical, por si só, é inadequada para tal e, portanto, não resolve o problema. Partindo destas colocações, as feministas socialistas combinam as duas análises: o marxismo, com seu método

---

<sup>22</sup>MILLETT, Kate, *Sexual Politics*, London, Sphere Books, 1975, p.31-78.

histórico e materialista, e o feminismo radical, com sua compreensão das relações patriarcais, para conformar as teorias do feminismo socialista.

Fazendo uma retrospectiva no pensamento e ação feministas, a partir dos anos 1960, encontramos além das três correntes de pensamento acima citadas, outras posturas com as quais as feministas dessas e de outras correntes tentam entender e explicar a subordinação das mulheres, como por exemplo o feminismo da diferença. No campo da ação prática, os movimentos feministas, a partir de 1975, iniciam uma nova fase de articulação internacional, com o estabelecimento das grandes conferências internacionais e a participação dos governos de diversos países: México em 1975, Copenhague em 1980, Nairobi em 1985 e Pequim em 1995, com a IV Conferência Mundial das Mulheres.

No final da década de 1970, o movimento começa a mudar suas formas de organização e mobilização, abandona as ruas com suas grandes manifestações e passa a se institucionalizar em organizações, governamentais ou não. Além disso, a preocupação com as discriminações femininas passou a fazer parte das agendas dos governos de diversos países e de organismos internacionais. Em 1979, é aprovada pelas Nações Unidas a “Convenção sobre a eliminação de toda forma de discriminação contra a Mulher”. Esta, a partir de 1981, conta com um comitê coordenado pela ONU, que se encarrega de informar, anualmente, a situação das mulheres e as medidas tomadas pelos países para combater as desigualdades e as discriminações. Esse é também o momento em que se introduz a discussão sobre a discriminação positiva. Nesse momento, também passa a se consolidar, nas estruturas universitárias de vários países, os estudos sobre as mulheres. Portanto, é neste contexto e na intercessão entre movimento feminista e academia, que se formula, na década de 1970, o conceito de gênero, que leva à compreensão da construção social e cultural das diferenças entre mulheres e homens.

## **O gênero**

A noção de gênero surge a partir da ideia de que o feminino e o masculino não são fatos naturais ou biológicos, mas construções socioculturais. Importa à sua compreensão que não são as características sexuais, mas a forma como essas características são representadas e valorizadas que vai constituir o que é feminino e o que é masculino, em

uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Nesse sentido, Rubin assim define o que ela denomina sistema sexo-gênero: “É o conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produto da atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas”.<sup>23</sup> Ou seja, os sistemas de gênero são os conjuntos de práticas, símbolos, representações, normas e valores sociais, que as sociedades elaboram a partir da diferença sexual anatômico-fisiológica e que dão sentido à satisfação dos impulsos sexuais, à reprodução da espécie humana e, em geral, ao relacionamento entre as pessoas.<sup>24</sup>

É, portanto, no âmbito das relações sociais que se constrói o gênero. Compreenda-se, então, que o conceito de gênero decorre de uma relação, desde que, no mundo social, o feminino é tomado a partir do masculino e do oposto a ele, embora lhe seja também complementar. E, na maioria das vezes, valoriza-se mais o masculino. As relações de gênero são desiguais, implicando em desigualdade de poder e de prestígio. Nelas, o sexo biológico é confundido com o sexo social, e este determina uma subordinação: geralmente, a da mulher em relação ao homem. Portanto, as relações de gênero no âmbito do mundo relacional, expressam, de maneira clara e insofismável, o poder, ou melhor, a possibilidade de se impor a vontade do masculino.

Um avanço dos estudos do Gênero foi ultrapassar o seu uso puramente descritivo, no qual o gênero é usado como sinônimo de mulher - ou seja, o gênero se confunde com a variável ‘sexo’. No novo estágio, o seu uso como categoria de análise busca observar como o gênero funciona nas relações sociais, e como ele dá um sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico. Esse novo uso do gênero, isto é, como categoria de análise histórica, foi sintetizado por Joan Scott.

Essa historiadora norte-americana é um destaque no campo dos estudos de gênero. Em 1986, ela escreveu um artigo, “Gender: a useful category of historical analysis”, que passou a ser amplamente utilizado por estudiosas e estudiosos, interessadas(os) pelas relações de gênero. Nesse artigo, Scott faz uma análise retrospectiva dos estudos sobre as mulheres e das diversas correntes de pensamento, que tentam, através das várias disciplinas, dar conta da análise e explicação da subordinação das mulheres. Para tanto,

---

<sup>23</sup>RUBIN, Gayle, *O tráfico das mulheres: Notas sobre a ‘economia política’ do sexo*, Recife: SOS Corpo, 1996, p. 2.

<sup>24</sup>DE BARBIERI, Teresita. “Sobre a categoria género. Una introducción teórica metodológica, *ISIS Internacional*, Santiago, Ed. das Mujeres, No 17, 1992, p.114.

percorreu desde a teoria marxista à teoria da linguagem de Jacques Lacan, passando pelas análises de Lévi Strauss e a contribuição de Michel Foucault. A autora, em sua análise, aponta as dificuldades encontradas nas várias correntes de pensamento e, sem negar as possibilidades de algumas delas, toma por empréstimo alguns conceitos, sobretudo os pós-estruturalistas e, mais particularmente, os elaborados por Michel Foucault e Jacques Derrida. Esses aportes complementam a sua definição de gênero, que expõe na segunda parte do artigo.

A definição de gênero de Joan Scott constitui-se de duas partes e várias sub-partes, tendo como núcleo essencial à conexão integral de duas proposições: “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”.<sup>25</sup> Neste sentido, as relações de gênero remetem a espaços primários das relações familiares e implicam na construção de uma subjetividade sexuada e de identidade de gênero. Os elementos constitutivos, em relação à primeira parte da definição, implicam quatro elementos relacionados entre si.

O primeiro refere-se a “símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas (frequentemente contraditórias) - Maria e Eva como símbolo da mulher, por exemplo, na tradição ocidental cristã – mas também mitos de luz e escuridão, de purificação e poluição, de inocência e corrupção”.<sup>26</sup> A apresentação desses símbolos pode propiciar múltiplas interpretações, mas são contidas em interpretações binárias, a partir de explicações culturais. Estes elementos estão articulados a uma série de dimensões da vida social e política de uma dada sociedade, sendo significados imaginários que produzem efeitos concretos sobre as diferentes práticas sociais.

O segundo elemento refere-se a “conceitos normativos que colocam em evidência interpretações do sentido dos símbolos que tentam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas. Esses conceitos estão expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tomam a forma típica de uma oposição binária fixa que afirma de maneira categórica e inequívoca o significado do homem e da mulher”. Um exemplo disso é a virilidade associada à masculinidade e a sensibilidade, ao feminino. Um homem não pode ter um comportamento mais dócil que,

---

<sup>25</sup> SCOTT, Joan. Gênero. Op. cit, p.11.

<sup>26</sup>Idem, p. 11.

automaticamente, será rotulado de efeminado. De qualquer forma estas normas fazem com que o sistema sexo-gênero, em sua expressão atual, apareça como consensual, seja expresso e reforçado com toda sua simbologia no conjunto de outras instituições sociais, como já mencionado.

Tem-se como terceiro elemento “a noção de fixidez [...] que leva à aparência de uma permanência atemporal na representação binária dos gêneros”.<sup>27</sup> Como exemplo, poderíamos refletir sobre as permanências dos mitos de bondade: as mães são boas e zelosas e as madrastas são más. Para romper com tal noção de fixidez, é necessário pensar sobre as verdades estabelecidas, “desconstruindo” as visões binárias e incluindo outros elementos, como o econômico, o social e o político.

O quarto elemento refere-se à noção de identidade subjetiva, que nos permite observar como as identidades de gênero são construídas, a partir da formação de conceitos, imagens e símbolos. Dessa forma, as mulheres e os homens levam consigo uma carga do simbólico, do cultural e do normativo. Do mesmo modo, nos percebemos como sujeitos e geramos nossas próprias práticas sociais, nossas próprias percepções, que nos fazem aceitar ou questionar a situação estabelecida.

A segunda parte da definição de Joan Scott é que “o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”.<sup>28</sup> Esta proposição se encontra relacionada com os quatro elementos vistos anteriormente. É dela que se nutre a concepção de mundo a que estamos acostumados e é ela que influencia a nossa percepção dos processos sociais. Ou seja, o peso do poder masculino, transcende as relações entre os sexos, refletindo-se, também, no conjunto da sociedade. Assim, a divisão do mundo fundada em diferenças biológicas vai além das diferenças mulher-homem.

A referência às diferenças biológicas começa a estabelecer uma distribuição de poder, um controle e um acesso diferenciado aos recursos materiais, culturais e simbólicos, tanto para mulheres como homens. O gênero, tal como é vivenciado, legitima as relações de poder e marca uma forma de valorização social e política, que transcende o próprio gênero.

Através das colocações de Joan Scott, podemos perceber a importância da categoria gênero, não só para analisar as relações entre mulheres e homens, mas também para ver

---

<sup>27</sup> Ibidem.

como elas influem na dinâmica social e política. E como é difícil “desconstruir” estes aspectos normativos, simbólicos, políticos e subjetivos. Reconhecendo a importância da categoria gênero para entender a dinâmica social e a realidade concreta das mulheres e dos homens, temos, porém, que evitar os riscos do reducionismo e do universalismo, para não incidirmos nos mesmos erros que combatemos.

Neste sentido, a mulher e o homem são construídos socialmente, a partir de uma cultura historicamente situada no tempo e dentro das circunstâncias possíveis, determinadas por essa temporalidade. Sujeitos de seu tempo, imersos em um conjunto específico de relações sociais historicamente situadas, cada ser-mulher e cada ser-homem têm um grupo originário e estão submetidos às regras de comportamento que se firmam conforme a ética hegemônica. Assim sendo, sob o ponto de vista da construção de sua especificidade de mulher e de homem, são determinantes sua classe, raça, religião e a forma de inserção na sociedade. Deste modo, a partir dessas variáveis fundamentais se constroem o ser-mulher e o ser-homem.

Outro aspecto importante da categoria analítica gênero é sua articulação com outras categorias de análise, as categorias classe e raça. Concordamos que a articulação entre classe, raça e gênero é importante para a compreensão da situação das mulheres em nossa sociedade. Além disso, a falta de tal articulação contribui para a ocultação da existência de relações de poder entre as mulheres (assim como entre os homens) que ocorre em todos os âmbitos sociais.

Uma das compreensões do gênero é que ele é transversal às outras dimensões do social e não as exclui. Como afirma Nelly Stromquist, “o gênero não é uma categoria isolada e sim uma relação social entre homens e mulheres que modifica e influi em outras relações e é, por sua vez, influenciada e modificada por elas.”<sup>29</sup> As relações de gênero estruturam-se como categoria social, assim como as classes e as raças. Isso quer dizer que o gênero é visto como uma relação social, que perpassa outras relações sociais e as constrói, parcialmente, e vice-versa. Como diz Sandra Harding, “não há relações de gênero per si, sim relações de gênero construídas por e entre raças, classe e cultura”.<sup>30</sup>

---

<sup>28</sup> Idem, p.12.

<sup>29</sup> STROMQUIST, P. Nelly. Las mujeres y el analfabetismo: la interrelación entre la subordinación de género y la pobreza, em GUSMAN, Virginia, PORTOCARRERO, Patricia y VARGAS, Virginia (Orgs.) Una nueva lectura: Género en el desarrollo, Lima Entre Mujeres, Flora Tristan. 1991, p. 191-220.

<sup>30</sup> HARDING, Sandra. 1995, p.23.

Melhor dizendo, as relações de gênero são construídas na dinâmica das contradições sociais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Branca Moreira, *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*, Petrópolis, Vozes, 1980.
- AUGUSTA, Nísia Floresta Brasileira, *Direito das mulheres e injustiça dos homens*, 4ª ed., São Paulo, Cortez, 1989.
- COBO, Rosa, “La construcción social de la mujer en Mary Wollstonecraft » em AMORÓS, Celia (Coord), *Historia de la teoría feminista*, Madrid, Instituto de Investigaciones Feministas de la Universidad Complutense de Madrid, 1994.
- DE BARBIERI, Teresita. “Sobre a categoria gênero. Una introducción teórica metodológica”, *ISIS Internacional*, Santiago, Ed. das Mujeres, No 17, 1992, pp. 111-128.
- FRANCHETO, B. Antropologia e feminismo, em FRANCHETO, B. e outros, *Perspectiva antropológica da mulher*, Rio de Janeiro, Zahar, vol. 1, 1981.
- GOMÁRIZ, Enrique. “Los estudios de género y sus fuentes epistemológicas: periodización y perspectivas”, *ISIS Internacional*. Santiago, Ediciones de las Mujeres. Nº 17, 1992.
- GOUGES, Olympe de (1791) Declaração dos direitos da mulher e da cidadã, em: BONACCHI, Gabriela e GROPPI, Angela (Org.). *O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres*, São Paulo, Unesp, 1995, pp. 301-312.
- HARDING, Sandra, “Después del eurocentrismo: desafíos para la investigación feminista en Occidente”, em POLEZ MARTINEZ, Cándida (ed.) *Feminismo, Ciencia y transformación social*, Granada, FEMINAE.
- HOUAISS, Antonio e VILLAR, Mauro de Sales. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Objetiva, 2001.
- KOLLONTAI, Alexandra. *Marxismo e revolução sexual*, Tradução Ana Corbisier, Global Editora, São Paulo, 1982.
- KONDER, Leandro. *Flora Tristan: uma vida de mulher, uma paixão socialista*, Relume Dumará, Rio de Janeiro, 1994.
- MIGUEL, Ana de. Feminismo, em: AMORÓS, Celia (Coord.), *10 palabras clave sobre la mujer*, Pamplona, EDV. 1994, pp. 217-235.
- MILLETT, Kate, *Sexual Politics*, London, Sphere Books, 1971.
- MIYARES, Alicia. Sufragismo, em AMORÓS, Celia (Coord), *Historia de la teoría feminista*, Madrid, Instituto de Investigaciones Feministas de la Universidad Complutense de Madrid, 1994.
- MOLINA PETIT, Cristina. *Dialéctica feminista de la ilustración*, Madrid, Anthropos, 1994.
- NYE, Andrea. *Teoria feminista e as filosofias do homem*, Rio de Janeiro, Record, Rosa dos Tempos, 1995.
- RUBIN, Gayle, *O tráfico das mulheres: Notas sobre a 'economia política' do sexo*, Recife: SOS Corpo, 1996.
- SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*, SOS Corpo, Recife, 1996.

- SCHUMACHER, Schuma e BRAZIL, Érico Vital. *Dicionário de Mulheres do Brasil*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.
- SIQUEIRA, Elizabeth et al. *Um discurso feminino possível: pioneiras da imprensa em Pernambuco (1830-1920)*, Recife, EDUFPE, 1995.
- SLEDZIEWSKI, Elisabeth G. *Revolução Francesa. A viragem*, em *História das Mulheres*. Volume 4, O século XIX, FRAISSE, Geneviève e PERROT, Michelle (Direção) Edições Afrontamento, Porto, 1991.
- SOARES, Vera. “Movimento Feminista paradigmas e desafios. Em *Revista de Estudos Feministas*, A. 2, Número Especial, CIEC/ECO/URFJ, Rio de Janeiro, 1994, pp.11-24
- STROMQUIST, P. Nelly. Las mujeres y el analfabetismo: la interrelación entre la subordinación de género y la pobreza, em GUSMAN, Virginia, PORTOCARRERO, Patricia y VARGAS, Virgia (Orgs.) *Una nueva lectura: Género en el desarrollo*, Lima Entre Mujeres, Flora Tristan. 1991.
- TABAK, Fanny e TOSCANO, Moema, *Mulher e política*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- TELLES, Norma, “Escritoras, escritas, escrituras”, em *História da Mulheres no Brasil*, Mary del Priore (Org.) São Paulo, Contexto, 1997, pp. 401-442.